

NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.567/0001-51 | Companhia Fechada | Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A. (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia em troca de 50% da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua entidade controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da Warrington Investment Pte. Ltd.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

Neoenergia Transmissão

100%

Neoenergia Jalapão

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema – Glibuês II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Glibuês II; Linha de Transmissão Glibuês II – Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Glibuês II e término na Subestação Barreiras II.

Em 2025, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,94% (99,98% em 2024). O limite estabelecido em 2024/2025, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	3	289.613	216.311
Custos dos serviços		(18.126)	(18.280)
Custos de construção	4	(99)	(2.293)
Custos de operação	5	(18.027)	(15.987)
Lucro bruto		271.487	198.031
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	9.1	(463)	(872)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(832)	(872)
Lucro operacional		270.192	197.544
Resultado financeiro	6	(69.637)	(69.378)
Receitas financeiras		6.299	12.809
Despesas financeiras		(76.104)	(82.318)
Outros resultados financeiros, líquidos		168	131
Lucro antes dos tributos		200.555	128.168
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(63.826)	(42.745)
Corrente		(63.503)	(42.668)
Diferido		(23)	(77)
Lucro líquido do exercício		136.729	85.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	136.729	85.423
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	136.729	85.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		324.886	27.292	-	208.732	80.172	-	641.082
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	136.729	136.729
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	-	(105.863)	-	(33.578)	(139.441)
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-	92.241	(103.151)	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		324.886	34.128	4.074	102.869	172.413	638.370	1.401.309
Saldos em 31 de dezembro de 2023		324.886	23.021	-	208.732	119.308	675.947	1.401.309
Aprovação de dividendos adicionais	14.2	-	-	-	-	(100.000)	85.423	85.423
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	136.729	136.729
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	-	(105.863)	-	(33.578)	(139.441)
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-	92.241	(103.151)	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		324.886	27.292	-	208.732	80.172	-	641.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia Transmissão S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema – Glibuês II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito, com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Glibuês II; Linha de Transmissão Glibuês II – Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Glibuês II e término na Subestação Barreiras II. A Receita Anual Permissão (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$185.186 (R\$173.378 para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 8 de março de 2018. 1.1. **Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria Financeira, Diretoria Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos, sendo reproduzidas por suas controladas, observando-se os respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para especulação é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por aquela competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Real) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não hedge com derivativos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dividas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dividas pré-financeiras e flutuantes e considerando taxa de indexação natural a índices de preços nas commodities e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" ou "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas na qual mantém exposição, o o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas de monitoramento e avaliação de risco de crédito e liquidez de contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado dessa exposição influencia o montante dos encargos gerando impacto na classificação de crédito (rating) no custo das operações. O resultado do e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços de commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez, é associado à possibilidade de, na Companhia, não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com o intuito de assegurar a liquidez e a escolha das melhores opções de financiamento. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários em conformidade com a política de gestão de liquidez. A Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (rating). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. Quando a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.729
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.886	34.128	4.074	102.869	172.413
Saldos em 31 de dezembro de 2023	324.886	23.021	-	208.732	119.308
Aprovação de dividendos adicionais	14.2	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.423
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.729
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.886	34.128	4.074	102.869	172.413
Saldos em 31 de dezembro de 2023	324.886	23.021	-	208.732	119.308
Aprovação de dividendos adicionais	14.2	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.423
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.729
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.886	34.128	4.074	102.869	172.413
Saldos em 31 de dezembro de 2023	324.886	23.021	-	208.732	119.308
Aprovação de dividendos adicionais	14.2	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.423
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.729
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.886	34.128	4.074	102.869	172.413
Saldos em 31 de dezembro de 2023	324.886	23.021	-	208.732	119.308
Aprovação de dividendos adicionais	14.2	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.423
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172

	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.729
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.886	34.128	4.074	102.869	172.413
Saldos em 31 de dezembro de 2023	324.886	23.021	-	208.732	119.308
Aprovação de dividendos adicionais	14.2	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.423
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.729
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.886	34.128	4.074	102.869	172.413
Saldos em 31 de dezembro de 2023	324.886	23.021	-	208.732	119.308
Aprovação de dividendos adicionais	14.2	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.423
Destinação do lucro líquido:					
Remuneração aos acionistas	14.2	-	-	(105.863)	-
Constituição de reserva de lucros	14.3	-	6.836	4.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.886	27.292	-	208.732	80.172

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	289.613	216.311	73.302	34%
MARGEM BRUTA	289.613	216.311	73.302	34%
Custos de construção	(99)	(2.293)	2.194	-96%
Custo de operação	(17.748)	(15.707)	(2.041)	13%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(547)	(620)	73	-12%
= Despesa Operacional	(18.394)	(18.620)	226	-1%
PECLD	(463)	387	(850)	-220%
EBITDA	270.756	198.078	72.678	37%
Depreciação	(564)	(532)	(32)	6%
Resultado Financeiro	(69.637)	(69.378)	(259)	0%
IR/CS	(63.826)	(42.745)	(21.081)	49%
LUCRO LÍQUIDO	136.729	85.423	51.306	60%

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme aliquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	200.555	128.168
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(68.189)	(43.577)
Incentivos fiscais	1.252	1.590
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	3.212	(758)
Outras adições (reversões) permanentes	(101)	(758)
Tributos sobre o lucro	(63.346)	(42.743)
Alíquota efetiva	31,6%	33,3%
Corrente	(323)	(679)
Diferido	(63.053)	(42.166)

7.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	52.847	53.205
Diferenças temporárias:		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(392.827)	(329.078)
Outras	-	-
Saldo final do exercício	(336.346)	(272.843)
Passivo não circulante	336.346	272.843

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(272.843)	(230.677)
Efeitos temporários no resultado	(63.503)	(42.166)
Saldo final do exercício	(336.346)	(272.843)

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda – IR	1.472	2.858
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	163	151
Ativo	1.635	3.009
Circulante	1.635	3.009

7.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas aliquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelos incentivos fiscais da SUDENE (região Nordeste), que concedem redução de até 75% do IRLP, calculada sobre o lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e incertezas, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos de incerteza, de tal modo que podem surgir alterações com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a reconhecer**

	2025	2024
Outros tributos indiretos (*)	200.953	188.978
Outros	3.078	2.550
Outros tributos a reconhecer	204.051	191.528
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1157	823
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	118	90
Outros	140	108
Encargos Setoriais	1.415	1.029
Total Outros tributos e encargos setoriais a reconhecer	205.476	192.579
Circulante	2.917	1.943
Não Circulante	202.559	190.636

(*) Contempla o outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão. A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2025 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS, a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrentes do regime de grossup da receita regulatória. A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seu impacto operacional, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	5.149	4.968
Certificado de depósito bancário (CDB)	8.791	-
Fundos de investimento	11.044	32.451
Total	24.984	37.419

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 e de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	10.969	32.451
CDB	75	-
Total	11.044	32.451

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações resultantes ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Perdas de créditos esperadas	24.859	(1.085)
Contas a receber, líquidos	25.774	22.635
Perdas de créditos esperadas, líquidas	(622)	22.013
Total	24.859	(1.085)

O aging das contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025	2024
Perdas de créditos esperadas	24.859	(1.085)
Contas a receber, líquidos	25.774	22.635
Perdas de créditos esperadas, líquidas	(622)	22.013
Total	24.859	(1.085)

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(622)	(1.085)
Adições	463	1.572
Reversões	-	1.960
Saldo final do exercício	(1.085)	(622)

9.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contrapartida disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo, utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio. A Companhia não apresenta história de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do prazo da concessão, Os valores da RAP gerada são determinados pelo ONS conforme operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	2.026.674	1.964.752
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(174.390)	(166.786)
Remuneração do ativo contratual	215.394	208.551
Adições e mensuração do ativo contratual	88.141	20.151
Saldo final do exercício	2.155.819	2.026.674
Circulante	180.913	173.265
Não circulante	1.974.906	1.853.408

10.1. Política contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente) e a Companhia (Poder Concessionário) regulam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e manter; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através dos fluxos de caixa, e saber; (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo Poder Concedente e (ii) Parte durante o prazo da concessão. Os valores da RAP gerada são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **10.2. Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflete o componente de financiamento para o Poder Concedente. (iii) probabilidade de recebimento do direito à indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração, considerando o efeito do crescimento do recibo de RAP. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP. A parcela do ativo contratual vinculada ao direito de indenização, aplicável aos interesses outorgados até o ano de 2019, é revisada sempre que a Administração obtém informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. – Campinas, SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria emitidas pela auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Materiais e serviços	27.976	21.880
Total	22.996	21.880

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos bancários e financiamentos bancários	189.353	202.751
Agências de fomento	759.061	772.029
Empréstimos e financiamentos	948.414	974.780
(*) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(24.984)	(37.419)
(ii) Títulos e valores mobiliários	(15.553)	(16.667)
Dívida líquida	907.877	920.694

12.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro (“R\$”). **a) Saldos dos contratos por moeda**

	2025	2024
Denominados em R\$	964.037	979.328
Indexados a taxas futuras	964.037	979.328
(-) Depósitos em garantia	(11.575)	-
(-) Custos de transação	(4.049)	(4.549)
Passivo circulante	948.414	974.780
Passivo não circulante	51.979	49.957
	896.435	924.823

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	2025	2024
Principal	51.473	37.047
2026	53.654	35.981
2027	55.734	34.642
2028	57.940	32.894
2029	60.265	31.226
Entre 2031 a 2035	341.290	133.361
Entre 2036 a 2040	414.115	77.623
2041 em diante	257.724	13.575
Total	1.292.195	396.849

O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas fixas) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 9,91 anos (11,26 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	974.780	981.450
Efeito no fluxo caixa:		
Amortização de principal	(49.310)	(44.836)
Pagamento de encargo de dívida	(39.659)	(40.480)
Depósitos em garantia	(11.574)	-
Efeito no fluxo caixa:	74.157	78.446
Encargos incorridos	74.157	78.446
Saldo final do exercício	948.414	974.780

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com covenants. O principal covenant da Companhia é **calculado anualmente** e baseado no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida acima ou igual ao limite contratual (1.3). A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejassem vencimento antecipado de suas operações financeiras. **12.3. Política contábil material:** As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registrados pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisão para processos judiciais	6.120	6.207
Provisão para obrigações ambientais*	5.861	6.711
Total	11.981	12.918
Passivo não circulante	11.981	12.918

* Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.

13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia não possui processos judiciais em andamento. Os processos judiciais relacionados a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Provisões Cíveis	6.120	6.207
Adições e reversões, líquido	(384)	(384)
Atualizações monetárias	297	297
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.120	6.120
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.035	6.003
Adições e reversões, líquido	(431)	(431)
Atualizações monetárias	605	605
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.207	6.207

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (i)	22.356	19.429
Processos trabalhistas (ii)	21	31
Processos fiscais (iii)	1.438	1.308
Total	23.811	20.762

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.a. (ii) **Processos trabalhistas:** refere-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação / reequandamento salarial, discussão sobre plano de carga e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR). Índice de atualização dos processos trabalhistas baseado de juros de 1% a.a. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	784	753
Processos fiscais	2.883	2.663
Total	3.667	3.416

13.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para lidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não são conhecidos com certeza. Os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$324.886, totalmente integralizado, dividido em 324.886.358 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025 (324.886.358 em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	2025	2024
Total de mil ações	324.886	324.886
ações	100%	100%
R\$	324.886	324.886

14.2. Remuneração ao acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JSCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	136.729	85.423
Reserva legal	(6.836)	(4.271)
Reserva de Incentivo fiscal	(1.252)	-
Lucro ajustado	128.641	81.152
Parcela realizada da reserva de lucros a realizar	(95.063)	(60.864)
Destinação para reserva de lucros	33.578	20.288
Lucro líquido a distribuir		
Remuneração		
Mínima obrigatória	33.578	5.072
Remuneração adicional	-	15.216
	33.578	20.288
Natureza da remuneração		
Dividendos	24.129	15.611
Juros sobre o capital próprio ⁽⁹⁾	9.449	4.677